

## O campo da educação do campo

Bernardo Mançano Fernandes<sup>1</sup>

Mônica Castagna Molina<sup>2</sup>

*O mundo tem dois campos: os que aborrecem a liberdade, porque só a querem para si, estão em um; os que amam a liberdade e a querem para todos, estão em outro.*

*José Martí*

### Introdução

Neste artigo procuramos contribuir com a compreensão do paradigma da Educação do Campo. Para tanto, apresentamos uma reflexão sobre o conceito de paradigma e discutimos algumas diferenças dos paradigmas da Educação Rural e da Educação do Campo.

O campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. O conceito de território é fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios .

---

<sup>1</sup> - Geógrafo, professor e pesquisador da Unesp, campus de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> - Doutora em Desenvolvimento Sustentável, coordenadora do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

O conceito de território não é utilizado neste trabalho apenas como referência ao espaço geográfico controlado por determinada instituição ou relação social. Também é utilizado para representar o poder das teorias nos processos de transformação da realidade.

A questão central deste artigo é: qual o campo da Educação do Campo? Neste sentido, discutimos o paradigma da Educação do Campo como uma construção teórica que se consolida na comunidade científica, é incorporada por diferentes instituições e se transforma em um projeto de desenvolvimento territorial.

Para responder a pergunta acima, apresentamos nossas leituras a respeito da formação de diferentes territórios: o campo do agronegócio e o campo da agricultura camponesa, explicitando os conteúdos de distintos paradigmas de desenvolvimento territorial.

Esperamos que esta contribuição seja motivo de debate entre as pessoas que se preocupam com a construção de um Brasil mais justo e democrático, onde o campo seja ocupado por diferentes modelos de desenvolvimento e que seja plena a liberdade de escolha do mundo que queremos.

### **Construindo o paradigma da Educação do Campo**

Thomas Samuel Kuhn definiu o conceito de paradigma como as realizações científicas universalmente reconhecidas e que fornecem problemas e soluções para as questões da comunidade científica. Essas realizações são processos de construção do conhecimento que elaboram teorias, sofrem rupturas e superações por meio do que Kuhn chamou de revoluções científicas.

O surgimento e o fim de paradigmas são resultados de transformações que ocorrem nas realidades e nas teorias, compreendendo o conhecimento como um processo infinito (KUHN, 1994, p.38). Esta acepção de paradigma empregado por Kuhn nos ajuda a compreender a espacialidade das teorias e suas dimensões políticas.

Os paradigmas fazem a ponte entre a teoria e a realidade por meio da elaboração de teses científicas, que são utilizadas na elaboração de programas

e sistemas, na execução de políticas públicas, de projetos de desenvolvimento. Estes têm como referências os conhecimentos construídos a partir de determinada visão de mundo que projeta as ações necessárias para a transformação da realidade.

A construção de paradigmas só é possível, de acordo com a acepção kuhniana, quando a comunidade científica adquiriu as primeiras respostas para as questões colocadas na interpretação da realidade em formação. Estas questões também são colocadas pelas instituições na procura da compreensão da realidade. Como a ciência é política - e esta tem como sentido a liberdade - na tentativa de interpretação de uma mesma realidade podem surgir diferentes paradigmas.

Nesse sentido, os paradigmas são territórios teóricos e políticos que contribuem para transformar a realidade. A prevalência de um paradigma no processo de produção de um determinado conhecimento, de elaboração construções teóricas e proposições de políticas públicas, contribuem para determinar a formação de uma realidade de acordo com a visão de mundo dos criadores do paradigma.

Indivíduos pensam e agem conforme paradigmas inscritos em sua cultura. Diferentes paradigmas orientam a sociedade. Portanto, construir um paradigma, significa dar sentido às interpretações possíveis da realidade e transformá-la. Quem faz isso? São todos os protagonistas desta realidade. Quem tem papel importante nesse processo são os sujeitos produtores do conhecimento e os sujeitos que acreditam neste saber e o utilizam para transformar a realidade.

Atualmente, o paradigma em que se apóia a visão tradicional do espaço rural no país, não se propõe fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais. O campo não comporta hoje compreensão unidimensional do rural.

Se compararmos o modelo de rural da literatura a projetos econômico, político e cultural do capitalismo exacerbado e ao modelo de campo que defendemos, veremos paradigmas diferenciados. Um tem a relação homem-natureza como exclusão, marcada por sua capacidade de força de trabalho e

de produção de riquezas via acumulação material de poucos, em função de excluir a maioria. É disjunção, seus princípios se fundam na seleção/rejeição de tudo o que não se funde a ele.

Na relação homem-terra esse paradigma se fortalece pelo princípio da exclusão de tudo que não o comporta. No paradigma do rural tradicional há, pois, seleção e rejeição de idéias integradas nas teorias que fundamentam esse modelo. No contexto discutido, as idéias são perceptíveis por produção em larga escala, uso desmesurado de agrotóxicos, rejeição de conhecimentos e saberes da tradição de trabalhadores, dentre outros.

Deste modo o paradigma do rural tradicional elege, seleciona o que lhe interessa como modelo econômico e cultural. Ao privilegiar operações lógicas para produzir uma realidade, valida suas próprias escolhas e as tornam universais. Morin (idem, p. 262) afirma que os paradigmas dão “aos discursos e teorias que controlam as características da necessidade e da verdade”. Desta lógica tornam tudo o que está de fora exótico, estranho, porque contradiz evidências. Não à toa “jeca tatu” é tão incorporado à sociedade como estereótipo do atrasado.

Assim o paradigma opera sua caracterização. Seleciona, determina e controla a conceituação, dando ao paradigma legitimidade pelo aspecto lógico. Produz a verdade do sistema “legitimando as regras de inferência que garantem a demonstração ou a verdade de uma proposição” (MORIN, idem, p. 264).

Por essa lógica o paradigma, ao excluir dados, exclui o que não reconhece como verdadeiro para si, as idéias divergentes. Por isso torna-se difícil identificar a complexidade do campo no Brasil a partir do paradigma do rural tradicional, porque somente situa interesses no interesse do capital econômico. O que excluiu não existe na modernidade: a lógica do mundo rural, saberes e práticas alternativas. Trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, seus territórios não existem, exatamente porque o paradigma não entende o campo como território de vida. É preciso deter-se nessa questão, porque o paradigma não existe em si; só o vemos em suas manifestações.

O paradigma acaba sendo co-gerador do sentimento de realidade. Ao excluir, ele cria um outro sistema de idéias e com isso um outro mundo para que os sujeitos pensem que é este mundo a única saída. O paradigma do rural tradicional tem criado nos últimos anos uma série de necessidades para os povos que vivem no campo, a exemplo de muitos acreditarem que somente podem concorrer com o capitalismo se desenvolver a sua produção com base em um sistema de informação e de tecnologia, o mesmo utilizado pelas grandes indústrias agrícolas. Com base nesse sentimento é que muitos trabalhadores disponibilizam suas terras e sua mão de obra para a produção em larga escala de alguns produtos para exportação e, quando estes não mais interessam ao mercado internacional, os empresários retiram os equipamentos, não pagam nenhum direito aos trabalhadores pela utilização das suas terras, deixam o solo completamente esgotado e as populações mais empobrecidas e com menos esperança de viver no campo.

Como paradigmas são invisíveis torna-se difícil contestá-los e diretamente atacá-los. Deve-se criar frestas por onde se corroam as teorias que os fundamentam. Essas corrosões já estão acontecendo porque, se os paradigmas estão ligados aos discursos e aos sistemas de idéias, é possível identificar formas e lógicas que podem contribuir para provocar revoluções e conflitos nos paradigmas, especificamente aqui, do paradigma do rural tradicional.

Existem uma série de ações e de idéias que colocam o paradigma do rural tradicional em dúvida. É justo pelas possibilidades de criarmos novos sistemas de idéias e valores que podemos vislumbrar oportunidades de gerar novos paradigmas. Se compararmos o modelo de rural da literatura a projetos econômico, político e cultural do capitalismo exacerbado e ao modelo de campo que defendemos, veremos paradigmas diferenciados. Um tem a relação homem-natureza como exclusão, marcada por sua capacidade de força de trabalho e de produção de riquezas via acumulação material de poucos, em função de excluir a maioria. É disjunção, seus princípios se fundam na seleção/rejeição de tudo o que não se funde a ele.

Na relação homem-terra esse paradigma se fortalece pelo princípio da exclusão de tudo que não o comporta. No paradigma do rural tradicional há,

pois, seleção e rejeição de idéias integradas nas teorias que fundamentam esse modelo. No contexto discutido, as idéias são perceptíveis por produção em larga escala, uso desmesurado de agrotóxicos, rejeição de conhecimentos e saberes da tradição de trabalhadores, dentre outros.

Deste modo o paradigma do rural tradicional elege, seleciona o que lhe interessa como modelo econômico e cultural. Ao privilegiar operações lógicas para produzir uma realidade, valida suas próprias escolhas e as tornam universais. Morin (idem, p. 262) afirma que os paradigmas dão “aos discursos e teorias que controlam as características da necessidade e da verdade”. Desta lógica tornam tudo o que está de fora exótico, estranho, porque contradiz evidências. Não à toa “jeca tatu” é tão incorporado à sociedade como estereótipo do atrasado.

Assim o paradigma opera sua caracterização. Seleciona, determina e controla a conceituação, dando ao paradigma legitimidade pelo aspecto lógico. Produz a verdade do sistema “legitimando as regras de inferência que garantem a demonstração ou a verdade de uma proposição” (MORIN, idem, p. 264).

Por essa lógica o paradigma, ao excluir dados, exclui o que não reconhece como verdadeiro para si, as idéias divergentes. Por isso torna-se difícil identificar a complexidade do campo no Brasil a partir do paradigma do rural tradicional, porque somente situa interesses no interesse do capital econômico. O que excluiu não existe na modernidade: a lógica do mundo rural, saberes e práticas alternativas. Trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, seus territórios não existem, exatamente porque o paradigma não entende o campo como território de vida. É preciso deter-se nessa questão, porque o paradigma não existe em si; só o vemos em suas manifestações.

O paradigma acaba sendo co-gerador do sentimento de realidade. Ao excluir, ele cria um outro sistema de idéias e com isso um outro mundo para que os sujeitos pensem que é este mundo a única saída. O paradigma do rural tradicional tem criado nos últimos anos uma série de necessidades para os povos que vivem no campo, a exemplo de muitos acreditarem que somente podem concorrer com o capitalismo se desenvolver a sua produção com base

em um sistema de informação e de tecnologia, o mesmo utilizado pelas grandes indústrias agrícolas. Com base nesse sentimento é que muitos trabalhadores disponibilizam suas terras e sua mão de obra para a produção em larga escala de alguns produtos para exportação e, quando estes não mais interessam ao mercado internacional, os empresários retiram os equipamentos, não pagam nenhum direito aos trabalhadores pela utilização das suas terras, deixam o solo completamente esgotado e as populações mais empobrecidas e com menos esperança de viver no campo.

Como paradigmas são invisíveis torna-se difícil contestá-los e diretamente atacá-los. Deve-se criar frestas por onde se corroam as teorias que os fundamentam. Essas corrosões já estão acontecendo porque, se os paradigmas estão ligados aos discursos e aos sistemas de idéias, é possível identificar formas e lógicas que podem contribuir para provocar revoluções e conflitos nos paradigmas, especificamente aqui, do paradigma do rural tradicional.

Esta breve reflexão a respeito do conceito de paradigma é necessária para discutirmos os paradigmas em questão que apresentamos neste artigo. Existem uma série de ações e de idéias que colocam o paradigma do rural tradicional em questão. É justo pelas possibilidades de criarmos novos sistemas de idéias e valores que podemos vislumbrar oportunidades de gerar novos paradigmas. Elas vêm se desenvolvendo em um grande movimento educativo que está acontecendo no campo atualmente, realizado pelo conjunto de práticas pedagógicas desenvolvidas por diferentes movimentos sociais, que vão desde a educação básica até o ensino superior, realizadas através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, bem como através de inúmeras experiências de educação não formal; de capacitação e também de dezenas de eventos e seminários protagonizados pela Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo. São estas práticas e as reflexões teóricas por elas produzidas que têm contribuído para a construção do paradigma da Educação do Campo, na perspectiva de criar condições reais de desenvolver este território, de desenvolver o espaço do campo a partir do desenvolvimento das potencialidades de seus sujeitos.

Em certa medida, todos os sujeitos envolvidos nestes processos, vivendo suas respectivas realidades, contribuem para a crise, a persistência e a superação na construção de novos paradigmas (KUHN, 1994, p. 196).

### ***Os povos do campo e da floresta e seus territórios***

Nos últimos vinte anos, as lutas pela terra e pela reforma agrária promoveram mudanças importantes no campo brasileiro, modificando a paisagem, construindo um jeito próprio de fazer e de pensar.

Podemos denominar este jeito próprio de fazer de espacialização e territorialização da luta pela terra. Esses são processos de criação e recriação do campesinato que produzem diferentes espaços políticos e transformam territórios. Latifúndios viram assentamentos e assim, as famílias sem-terra fazem a sua própria geografia.

Esse fazer-se é produzir seus próprios espaços. Essa é prática dos seringueiros e castanheiros, enquanto resistem lutando pela preservação da floresta, na manutenção de seus territórios e seus modos de vida. Igualmente é a prática dos pequenos agricultores, dos camponeses, dos agricultores familiares que lutam para permanecer na terra. Também é dos quilombolas que secularmente lutam para manter sua cultura.

O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é alienação.

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência terra. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo.

Por meio da Educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades.

O desenvolvimento territorial dos povos do campo e da floresta só será sustentável se tiver esses grupos sociais como protagonistas do processo. E para que isso ocorra é necessária a realização de um projeto de educação que contemple todos os níveis de ensino.

Esse projeto não deverá ser criado pelo Estado, mas sim pelos grupos sociais interessados. Para que possam construir e ter controle sobre os conhecimentos e do desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos distintos territórios. O Estado é competente para garantir a realização do projeto, deve ser parceiro, assim como as outras instituições envolvidas na construção do projeto.

### ***A ruptura com o paradigma da Educação Rural***

Historicamente, o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles.

O movimento Por uma Educação do Campo recusa essa visão, concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais. Esta neoconcepção educacional não está sendo construída *para* os trabalhadores rurais, *mas por eles, com eles*, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação do campo são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias.

A Educação do Campo é um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais. Esse paradigma rompe com o paradigma da Educação Rural, que tem como referência o produtivismo, ou seja o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida. Conforme afirma Edla de Araújo Lira Soares, relatora das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo: “*A propósito da Educação Rural, não se observa, mais uma vez, a inclusão da população na condição de protagonista de um projeto social global.*” (In KOLLING, CERIOLI e CALDART, Orgs., 2002, p. 72).

Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a Educação Rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios.

A Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos. Predominantemente, a Educação Rural pensa o campo apenas como espaço de produção, as pessoas são vistas como “recursos” humanos. (GOMES NETO, *et alli*, 1994).

A Educação Rural, em suas correntes mais conservadoras, tem uma visão exterior que ignora a própria realidade que se propõe trabalhar. Conforme, BAPTISTA, 2003, p. 20-1, “*a educação rural nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre relegada ao segundo ou terceiro plano, “apêndice” da educação urbana. Foi e é uma educação que se limita à transmissão dos conhecimentos já elaborados e levados aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada nas escolas da cidade*”. A Educação Rural projeta um território alienado porque propõe para os grupos sociais que vivem do trabalho da terra, um modelo de desenvolvimento que os expropria.

A origem da Educação Rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da Educação Rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no 1º Congresso de Agricultura do

Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepará-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura. Conforme recuperou a relatora das Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, Edla de Araújo Lira Soares:

*“A perspectiva salvacionista dos patronatos prestava-se muito bem ao controle que as elites pretendiam exercer sobre os trabalhadores diante de suas ameaças: quebra da harmonia e da ordem nas cidades e baixa produtividade no campo. De fato, a tarefa educativa destas instituições unia interesses nem sempre aliados, particularmente os setores agrário e industrial, na tarefa educativa de salvar e regenerar os trabalhadores, eliminando, à luz do modelo de cidadão sintonizado com a manutenção da ordem vigente, os vícios que poluíam suas almas. Esse entendimento, como se vê, associava educação e trabalho, e encarava este como purificação e disciplina, superando a idéia original que o considerava uma atividade degradante” (In KOLLING, CERIOLI e CALDART, Orgs., 2002, p. 54).*

Essa é a essência do paradigma da Educação Rural. Esse modelo perdura até hoje e está presente em todas as regiões do país.

### ***A construção do paradigma da Educação do Campo***

A idéia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, no campus da Universidade de Brasília - UnB, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em parceria com a própria UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

No processo de construção dessa idéia, foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo<sup>3</sup>. A partir dessa práxis, começamos a cunhar o conceito de Educação do Campo. Esse processo começou com a ***I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo***, realizada em 1998. Com a realização da ***II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo***, em 2004, já estamos vivenciando uma nova fase na construção deste paradigma.

As experiências construídas pelos movimentos camponeses e organizações correlatas, especialmente, por meio do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - dimensionaram a idéia e o conceito de Educação do Campo, interagindo com as outras dimensões da vida do campo. Esse processo aconteceu com a participação do MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, da União Nacional das Escolas Famílias agrícolas no Brasil – UNEFAB e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais - ARCAFAR, como protagonistas do desenvolvimento de projetos de educação em todos os níveis.

No período de 1997 a 2004 aconteceu a espacialização da Educação do Campo através de diversos movimentos e organizações. A criação de cursos novos e a difusão do referencial teórico nas escolas geraram experiências que foram desdobradas em reflexões, estudos e pesquisas. Nesse processo foram envolvidos outros movimentos camponeses, como o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento das Mulheres Camponesas – MMC.

A relação com instituições públicas foi ampliada por meio de parcerias com universidades federais, estaduais e comunitárias de todas as regiões. A criação de cursos de alfabetização de jovens e adultos, de cursos de nível médio, de nível superior: graduação e pós – graduação proporcionou a elaboração de monografias em diversas áreas do conhecimento.

Esses estudos, pesquisas e reflexões contribuíram na construção do paradigma da Educação do Campo. Além da escolarização dos sujeitos do campo, destaca-se o desenvolvimento de diversas atividades com os

---

<sup>3</sup> - Ver a respeito: ARROYO e FERNANDES, 1999; BENJAMIN e CALDART, 1999; KOLLING, NERY e MOLINA, 1999; KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002; MOLINA, 2003; RAMOS, MOREIRA e SANTOS, 2004.

educandos, valorizando as práticas, aumentando a produção de materiais didáticos apropriados, possibilitando maior participação dos sujeitos em seminários locais, regionais e nacionais, bem como nos cursos que proporcionam discussões sobre o desenvolvimento do campo.

A espacialização da Educação do Campo acontece também pela ampliação das parcerias e pelo fato dos movimentos estarem colocando este paradigma na agenda dos estados e dos municípios através de seminários, encontros e publicações de Educação do Campo. (MOLINA, 2003, p. 120).

O paradigma da Educação do Campo nasceu da luta pela terra e pela reforma agrária. Afirmamos que esta luta cria e recria o campesinato em formação no Brasil. Desse modo, a Educação do Campo não poderia ficar restrita aos assentamentos rurais. Era necessária a sua espacialização para as regiões, para as comunidades da agricultura camponesa.

Recentemente, a Educação do Campo também foi incorporada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, com a criação de um grupo temático que tem como atribuição a promoção de estudos para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, a realização de eventos e a formulação de subsídios para os conselhos estaduais e municipais, entre outras.

Esse pequeno histórico demonstra que estamos vivendo um processo de construção do paradigma da Educação do Campo. Neste breve tempo foram desenvolvidos diversos procedimentos de elaboração teórica e metodológica, bem como de políticas por diferentes sujeitos, que vivem e trabalham no campo e/ou que compreendem o campo como espaço de desenvolvimento territorial do trabalho familiar na agricultura.

Além da constituição de diversas pedagogias, também compõem o paradigma os estudos dos impactos socioterritoriais dos projetos de desenvolvimento do campo, que compreendem o trabalho familiar como essencial para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

O paradigma da Educação do Campo compreende igualmente que a relação campo – cidade é um processo de interdependência, que possui contradições profundas e que, portanto, a busca de soluções para suas questões deve acontecer por meio da organização dos movimentos socioterritoriais desses dois espaços.

Esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de existência social conferem à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade; sobre a visão tradicional do jeca tatu, do campo como o lugar do atraso. A Educação do Campo indissocia-se da reflexão sobre um novo modelo de desenvolvimento e o papel para o campo nele. Deve fortalecer identidade e autonomia das populações do campo e conduzir o povo do Brasil a compreender haver uma não-hierarquia, mas complementaridade: *cidade não vive sem campo que não vive sem cidade*. À Educação do Campo compete redesenhar o desenvolvimento territorial brasileiro com desenvolvimento social, cultura, saúde, infra-estrutura de transportes, lazer, zelo pelo meio ambiente.

A Educação do campo procura romper com a alienação do território, construindo conhecimentos a partir da relação local – global – local. Neste sentido, é importante recolarmos a seguinte pergunta: qual é o campo da Educação do Campo?

Esta pergunta é necessária porque vivemos em uma sociedade desigual em que o processo de expropriação do campesinato é intenso. A destruição do território camponês significa também o fim de sua existência nesta condição social. A destruição do seu território significa transformá-lo em outro sujeito. E esse processo acontece com a territorialização de outro modelo de desenvolvimento: o agronegócio.

### **O campo do agronegócio**

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. Latifúndio está associado com terra que não produz, que deve ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o nome utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, procura se legitimar como o espaço produtivo por excelência. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Para ilustrar esse raciocínio, apresentamos três imagens que foram publicadas na edição especial da *Veja*, número 30, de abril de 2004. O título da revista é: *Agronegócio: retratos de um Brasil que dá lucros Agronegócio: retratos de um Brasil que dá lucros.*

Figura 1 – Trabalho escravo



Figura 2 – Trabalho assalariado

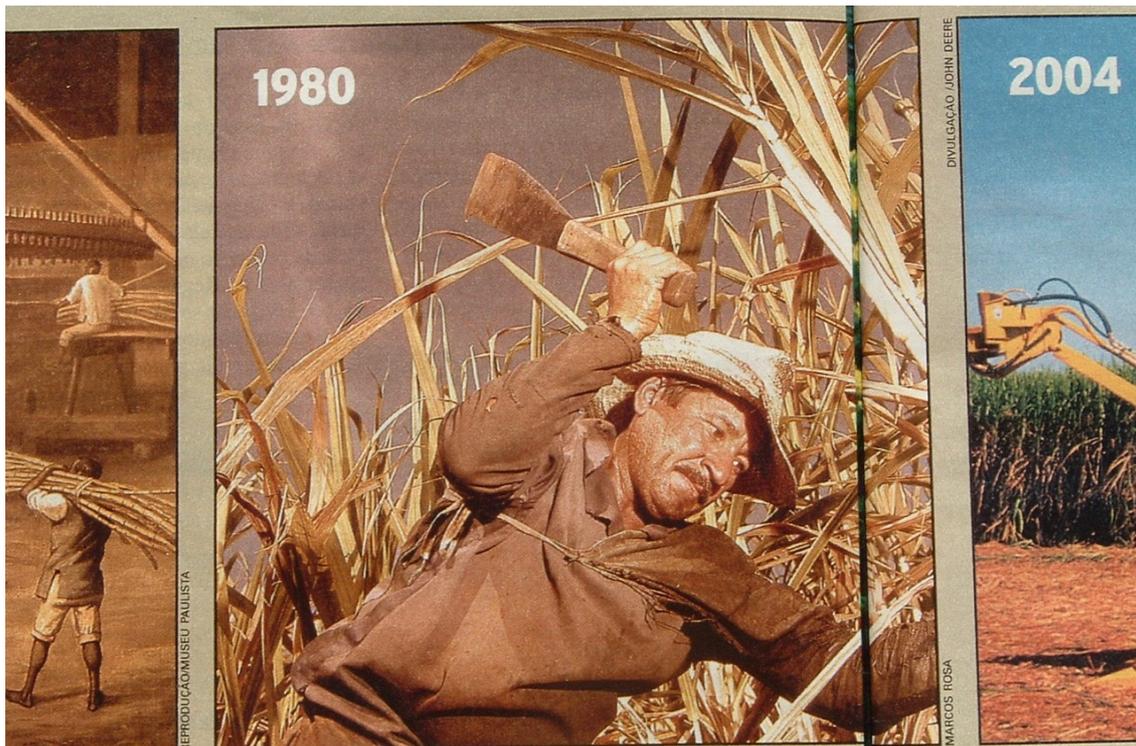


Figura 3 – Mecanização do corte da cana



FONTE: VEJA, EDIÇÃO ESPECIAL Nº 30, ABRIL DE 2004.

Estas imagens colocam o campo na perspectiva do agronegócio. A expansão de sua territorialidade amplia o controle sobre as relações sociais e o próprio território, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

Outra construção ideológica do agronegócio é o esforço de convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Em geral, a grande mídia, ao informar os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio.

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo<sup>4</sup>. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

O agronegócio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar.

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

---

<sup>4</sup> - A respeito da participação da produção da agricultura camponesa, ver OLIVEIRA, 2004.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio.

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto, de fato, o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começando, mas nos resultados das políticas.

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. Procuram combinar diferentes tipos de relações sociais e opor uma mesma relação social por meio de sua diferenciação interna.

A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado, a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, sendo a maior parte apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho.

Por outro lado, esta construção ideológica provocou a intensificação da resistência camponesa. Um destaque é a formação da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses contra o modelo do agronegócio. No Brasil, a Via Campesina é composta pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo MPA – Movimento dos Pequenos

Agricultores, pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e pelo MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária.

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula da Terra virou Banco da Terra e hoje é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última década, o espaço político mais utilizado é o Poder Judiciário. Recentemente tem ocorrido uma verdadeira judicialização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar a sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado.

Para tentar evitar o enfretamento com os camponeses, o agronegócio procura convencê-los que o consenso é possível. Todavia, as regras propostas pelo agronegócio são sempre a partir de seu território: o mercado.

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial.

### **O campo da agricultura camponesa**

A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que a executam. Neste sentido, a concepção de campo e de educação deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem da terra. A agricultura camponesa vive em confronto permanente com a agricultura capitalista. E se o agronegócio avança, também avançam os movimentos camponeses na construção de seus territórios.

Para aprofundar nossa análise, analisamos dois processos essenciais para a compreensão dessa realidade: a concentração da estrutura fundiária e o movimento populacional.

A partir das tabelas apresentadas, comparamos os dados da estrutura fundiária brasileira nos anos de 1992 e 2003. Nesse tempo, aconteceu a transferência (por meio de desapropriação e compra) de mais de vinte milhões de hectares dos imóveis com mais de cem hectares para os estratos de imóveis com menos de cem hectares. No período de 1992 – 2003 foram incorporados quase noventa milhões de hectares, ou uma área equivalente a três estados de São Paulo e um estado do Rio de Janeiro, em que quase todos os estratos tiveram suas áreas ampliadas.

Uma análise apurada das tabelas 1, 2 e 3, possibilita uma compreensão mais ampla, porém ainda incompleta, desse processo complexo de reestruturação fundiária, que ocorreu no período 1995 – 2002.

Conforme a tabela 1, a área média dos lotes dos assentamentos na região Norte é de 74 ha; no Nordeste não passa dos ínfimos 29 ha, quase igual

ao Sudeste que são 31 ha; no Centro – Oeste são 57 ha e na região Sul são 48 ha.

<b>Tabela 1 - Brasil - Número de Assentamentos Rurais - 1995 - 2002</b>						
	<b>Nº de Assentamentos</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>%</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>%</b>
AC	59	1,2	9.487	2,1	558.198	2,5
AP	27	0,6	6.749	1,5	1.226.560	5,4
AM	18	0,4	3.295	0,7	2.011.698	8,8
PA	383	7,9	72.932	16,2	3.853.827	16,9
RO	93	1,9	18.726	4,1	1.139.574	5,0
RR	28	0,6	8.899	2,0	524.531	2,3
TO	181	3,7	14.720	3,2	644.590	2,8
<b>NORTE</b>	<b>789</b>	<b>16,3</b>	<b>134.808</b>	<b>29,8</b>	<b>9.958.978</b>	<b>44</b>
AL	50	1,0	5.782	1,2	41.537	0,2
BA	395	8,1	28.802	6,4	885.968	3,9
CE	467	9,6	18.627	4,1	670.714	2,9
MA	530	10,9	64.378	14,2	2.335.219	10,3
PB	154	3,2	10.324	2,3	177.558	0,8
PE	256	5,3	15.183	3,4	191.703	0,8
PI	201	4,1	18.445	4,1	657.796	2,9
RN	179	3,7	12.603	2,8	308.511	1,4
SE	81	1,7	5.257	1,2	84.056	0,4
<b>NORDESTE</b>	<b>2.313</b>	<b>47,7</b>	<b>179.401</b>	<b>39,7</b>	<b>5.353.062</b>	<b>23</b>
DF	5	0,1	425	0,1	5.234	0,0
GO	217	4,5	14.047	3,1	563.430	2,5
MT	334	6,9	61.246	13,6	4.115.399	18,1
MS	91	1,9	12.160	2,7	351.054	1,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>647</b>	<b>13,3</b>	<b>87.878</b>	<b>19,5</b>	<b>5.035.117</b>	<b>22</b>
ES	33	0,7	2.225	0,5	21.529	0,1
MG	221	4,6	12.842	2,8	534.921	2,3
RJ	16	0,3	2.145	0,5	28.708	0,1
SP	157	3,2	9.145	2,0	224.264	1,0
<b>SUDESTE</b>	<b>427</b>	<b>8,8</b>	<b>26.357</b>	<b>5,8</b>	<b>809.422</b>	<b>4</b>
PR	229	4,7	12.844	2,8	485.983	2,1
RS	187	3,9	7.596	1,7	173.428	0,8
SC	256	5,3	3.160	0,7	506.356	2,2
<b>SUL</b>	<b>672</b>	<b>13,9</b>	<b>23.600</b>	<b>5,2</b>	<b>1.165.767</b>	<b>5</b>
<b>BRASIL</b>	<b>4.848</b>	<b>100</b>	<b>452.044</b>	<b>100</b>	<b>22.779.338</b>	<b>100</b>

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003 - UNESP/MST

Conforme os dados das tabelas 2 e 3, o número de imóveis com menos de 100 ha. teve um decréscimo de 0.8%, passando de 86% do número total de imóveis para 85.2%, mesmo com um aumento de 934.102 imóveis no período. Por outro lado, o número de imóveis com mais de 100 ha. teve um crescimento de 0.9%, passando de 14% para 14.9% com um aumento de 189.387 imóveis.

Os imóveis com menos de 100 ha. tiveram suas áreas ampliadas em 25.090.211 ha., passando de 17.8% para 20% da área total, tendo um crescimento relativo de 2.2%. Já os imóveis com mais de 100 ha. tiveram suas áreas ampliadas em 63.981.092 ha., passando de 82.2% para 79.9%, apresentando um decréscimo relativo de 2.3%.

Com exceção do estrato de mais de 2.000 ha., que teve sua área diminuída em 651.951 ha., representando, portanto, um decréscimo relativo de 8.6%, os outros estratos tiveram suas áreas ampliadas em 88.981.303 ha.

Com essa análise, observa-se o aumento das áreas em quase todos os estratos com a incorporação de quase noventa milhões de hectares em uma

década. Esse montante mascara a movimentação entre os estratos de áreas, que somente pode ser feito com análises mais detalhadas.

O aumento dos imóveis com menos de 100 hectares contou predominantemente com as políticas de assentamentos que tiveram como fator determinante as ocupações de terra. Conforme FERNANDES, 2000, em torno de 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Entre esses estratos também podem ter sido incorporadas terras devolutas que estavam sob controle de grileiros e terras públicas.

A incorporação de quase sessenta e quatro milhões de hectares aos imóveis de mais de 100 hectares pode estar associada a pelo menos três processos: a) por causa das ocupações, os latifundiários passaram a declarar com precisão as áreas dos imóveis (para não correr o risco de serem surpreendidos com os pedidos de liminares de reintegração de posse, requerendo áreas maiores do que as declaradas); b) a incorporação de novas áreas em faixas de fronteira e ou de terras devolutas; c) a incorporação de áreas de menos de 100 hectares, o que significaria desterritorialização das pequenas propriedades.

**Tabela 2 – Estrutura Fundiária Brasileira - 1992**

<b>Estratos de área total em ha</b>	<b>Nº de imóveis</b>	<b>% dos imóveis</b>	<b>área total em ha</b>	<b>% de área</b>	<b>área média</b>
Até 10	995.916	32,0	4.615.909	1,4	4,6
De 10 a 25	841.963	27,0	13.697.633	4,1	16,3
De 25 a 50	503.080	16,2	17.578.660	5,3	34,9
De 50 a 100	336.368	10,8	23.391.447	7,0	69,6
De 100 a 500	342.173	11,0	70.749.965	21,4	206,9
De 500 a 1000	51.442	1,6	35.573.732	10,8	697,5
De 1000 a 2000	23.644	0,8	32.523.253	9,8	1.414,0
Mais de 2000	20.312	0,6	133.233.460	40,2	6.559,3
<b>Total</b>	<b>3.114.898</b>	<b>100</b>	<b>331.364.059</b>	<b>100</b>	<b>106,4</b>

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996

**Tabela 3 – Estrutura Fundiária Brasileira - 2003**

<b>Estratos de área total em ha</b>	<b>Nº de imóveis</b>	<b>% dos imóveis</b>	<b>área total em ha</b>	<b>% de área</b>	<b>área média</b>
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
<b>Total</b>	<b>4.238.387</b>	<b>100</b>	<b>420.345.382</b>	<b>100</b>	<b>99,2</b>

**Fonte: INCRA, 2003**

A diminuição da área média dos imóveis com mais de dois mil hectares pode significar a divisão de grandes latifúndios para evitar a desapropriação. Todavia, sendo esse o caso, a pequena diminuição da área total ainda denuncia o alto grau de concentração de terras, em que 32.264 proprietários controlam a terça parte das terras agriculturáveis do país.

Esses dados possibilitam diferentes leituras. Com a movimentação entre os estratos de área é possível afirmar que a concentração da estrutura fundiária persiste; e é possível dizer que houve uma leve desconcentração da estrutura fundiária, mesmo com o aumento colossal de noventa milhões de hectares. A questão é que ainda não temos um cadastro de imóveis confiável e acessível para podermos acompanhar as mudanças na estrutura fundiária brasileira. Também, conforme a tabela 4, essa situação vai persistir, pois ainda existem 170 milhões de hectares de terras devolutas que poderão ser incorporadas parcialmente pelos diversos estratos de área.

**Tabela 4 - Ocupação das terras do Brasil em milhões de hectares**

Terras Indígenas	128,5
Unidades de Conservação Ambiental	102,1
Imóveis Cadastrados no Incra	420,4
Áreas urbanas, rios, rodovias e posses	29,2

Terras devolutas	170,0
Total	850,2

**Fonte: Oliveira, 2003.**

Este intrincamento de dados revela problemas e possibilidades para a realização da reforma agrária. Se os dados referentes à propriedade da terra são imbricados, também são os dados referentes à população sem – terra. Este é outro debate em que os números são diversos, pois a questão da reforma agrária hoje não é apenas uma questão rural, é também urbana, pois muitas famílias de origem urbana participam de ocupações de terra e são assentadas. Com o aumento da pluriatividade, o desempregado rural também é desempregado urbano. A Reforma agrária não é apenas uma política para amenizar os problemas do campo, é também uma forma de moderar parcialmente os problemas urbanos.

A distribuição populacional é intensamente desigual. De acordo com os censos populacionais, desde a década de 1970, a população rural está diminuindo, passando de 41 milhões para 27 milhões de pessoas em 2000. Já a população urbana passou de 52 milhões, em 1970, para 143 milhões de pessoas em 2000.

Essa distribuição desigual da população gera um grande problema para o país. A concentração da população nas cidades vem sendo informada como sinônimo de progresso. Na realidade, concentrar as pessoas na cidade é uma forma de não mexer na estrutura fundiária, de não se fazer a reforma agrária, de não desenvolver a agricultura camponesa.

Todavia, o desemprego estrutural, o aumento da miséria e da violência nas cidades tem desafiado a idéia de urbanização como progresso. Urbanização nem sempre é sinônimo de progresso, muitas vezes são resultados de políticas de controle social e de concentração de riquezas e, portanto, de poder.

A agricultura camponesa tem um importante papel na geração de trabalho e renda. Em uma breve análise do número de pessoas ocupadas no campo podemos observar que as pequenas unidades de produção garantem mais de 14,4 milhões de postos de trabalho ou 86,6% do total. Por outro lado, os grandes estabelecimentos geraram somente 2,5% ou algo em torno de 420

mil empregos. Na tabela 5 apresentamos a distribuição do pessoal ocupado de acordo com os tipos de estabelecimentos.

**Tabela 04 – BRASIL – Pessoal Ocupado –1995/6**

Pessoal Ocupado	PEQUENA		MÉDIA		GRANDE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>TOTAL</b>	<b>14.444.779</b>	<b>86,6</b>	<b>1.821.026</b>	<b>10,9</b>	<b>421.388</b>	<b>2,5</b>
<b>Familiar</b>	<b>12.956.214</b>	<b>95,5</b>	<b>565.761</b>	<b>4,2</b>	<b>45.208</b>	<b>0,3</b>
<b>Assalariado Total</b>	<b>994.508</b>	<b>40,3</b>	<b>1.124.356</b>	<b>45,5</b>	<b>351.942</b>	<b>14,2</b>
Assalariado Permanente	861.508	46,8	729.009	39,7	248.591	13,5
Assalariado Temporário	133.001	72,8	395.347	21,6	103.351	5,6
<b>Parceiros</b>	<b>238.643</b>	<b>82,4</b>	<b>45.137</b>	<b>15,6</b>	<b>5.877</b>	<b>2,0</b>
<b>Outra Condição</b>	<b>255.414</b>	<b>71,0</b>	<b>85.772</b>	<b>23,9</b>	<b>18.361</b>	<b>5,1</b>

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/6. (OLIVEIRA, 2004)

A maior parte da população que trabalha no campo está ocupada na agricultura familiar. Fica com a menor parte do território e está subordinada através da renda capitalizada da terra, que empobrece os camponeses, os expropria e gera o amento da miséria.

A luta pela terra e na terra tem promovido uma revalorização do campo como espaço de vida. A construção do modelo de desenvolvimento capaz de garantir aos brasileiros dignas condições de vida passa pelo campo. Encontrar alternativas para democratizar a distribuição de renda - indispensável à retomada do crescimento econômico - exige sistemático esforço e investimentos em estudo e pesquisa das possibilidades que o campo representa em potencialidade de geração de empregos, renda, espaço de moradia, serviços.

Além de alternativas para incluir também os pobres na sociedade, um novo modelo deve pensar caminhos para enfrentar o caos das metrópoles, conseqüência da modernização conservadora da agricultura. Redescobrir a

interação campo-cidade, com reflexões sobre ocupação e utilização do território, é eixo central para se construir um novo modelo.

Atualmente diversas questões das sociedades contemporâneas têm restituído ao campo a importância que foi deixada para trás a partir da ênfase no desenvolvimento a partir das cidades. WANDERLEY, 1997 analisa que problemas com o meio ambiente, discussões sobre o papel da agricultura no desenvolvimento, crises sociais e sobretudo ausência de emprego e transformações na agricultura

*recolocaram a problemática da "ruralidade" no contexto das sociedades modernas. Fala-se de um "renascimento rural", da necessidade de formulação de uma teoria da localidade (não apenas rural, diga-se de passagem) e de novas relações entre o campo e a cidade. Estes, longe de constituírem pólos opostos, guardam especificidades que não se anulam e que se expressam social, política e culturalmente (WANDERLEY, 1997, p. 92).*

Todavia, ainda a visão que ainda prevalece na sociedade é a que considera o campo lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Essa falsa imagem consolidou um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa maneira esta foi a visão-suporte para o processo de modernização da agricultura implementado no país.

A leitura de "superioridade" do espaço urbano mascarou as conseqüências sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais nefastas do modelo de desenvolvimento agrícola das últimas décadas, enquanto à cidade associou-se ao espaço moderno, futurista, avançado. Camponeses, indígenas e quilombolas são vistos por setores da sociedade como inferiores, não merecedores dos direitos e das garantias legadas aos moradores de grandes centros urbanos.

Essa negação de direitos é facilmente constatada a partir da precariedade de condições de vida em que se encontram populações de áreas rurais. WANDERLEY, 1997, p. 100, observa ser marcante no Brasil ausência de poder público no meio rural, verificando-se carência de bens e serviços nesses locais.

Vê que em conseqüência, o rural está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente.

Em geral, a vida da população rural depende estreitamente do núcleo urbano que a congrega, para poder suprir demandas econômicas ou sociais. WANDERLEY, 1997, p. 100, enfatiza que no país o rural é espaço de precariedade social. Mesmo a supressão de necessidades elementares dos indivíduos (acesso a médicos, bancos e igrejas) exige que os moradores se desloquem para as áreas urbanas. Quando estas pequenas aglomerações crescem e multiplicam suas atividades, o meio rural não se fortalece, pois o que resulta deste processo é freqüentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal.

A ausência do poder e de investimentos públicos rurais associa-se a um paradigma de desenvolvimento que nas últimas décadas dominou a sociedade brasileira e a partir do qual - com o processo de modernização - o espaço rural foi destinado a perder importância, tornando-se completamente subordinado à cidade.

WANDERLEY, 2000, enfoca que a revalorização rural em curso relaciona-se a pela primeira vez na história brasileira a agricultura familiar estar sendo oficialmente reconhecida. Se produtores de baixa renda e pequenos produtores eram antes os pobres do campo, hoje

*os agricultores familiares são percebidos como portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura tradicional, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. A forte e efetiva demanda pela terra se traduzem na emergência de um setor de assentamentos de Reforma Agrária. Uma das principais conseqüências dos dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida expresso na retomada da reivindicação por permanência ou retorno à terra. Esta "ruralidade" da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoada e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão "urbano-centrada" dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores. WANDERLEY, 2000, p. 29.*

O paradigma da Educação do Campo é fruto e semente desse processo porque é espaço de renovação dos valores e atitudes, do conhecimento e das práticas. Instiga a recriação de sujeitos do campo, como produtores de alimentos e de culturas que se constitui em território de criação e não meramente de produção econômica.

O campo não é somente o território do negócio. É sobretudo o espaço da cultura, da produção para a vida. Para concluir esta parte do texto, apresentamos a seguir um quadro onde explicitamos as diferenças dos territórios do agronegócio e da agricultura camponesa.

<b>CAMPO DO AGRONEGÓCIO</b>	<b>CAMPO DA AGRICULTURA CAMPONESA</b>
Monocultura – Commodities.	Policultura – uso múltiplo dos recursos naturais.
Paisagem homogênea e simplificada	Paisagem heterogênea e complexa

Produção para exportação (preferencialmente)	Produção para o mercado interno e para exportação
Cultivo e criação onde predomina as espécies exóticas.	Cultivo e criação onde predomina as espécies nativas e da cultura local.
Erosão genética	Conservação e enriquecimento da diversidade biológica.
Tecnologia de exceção com elevado nível de insumos externos	Tecnologia apropriada, apoiada no saber local, com base no uso da produtividade biológica primária da natureza.
Competitividade e eliminação de empregos	Trabalho familiar e geração de emprego
Concentração de riquezas, aumento da miséria e da injustiça social	Democratização das riquezas – desenvolvimento local
Êxodo rural e periferias urbanas inchadas	Permanência, resistência na terra e migração urbano - rural
Campo com pouca gente	Campo com muita gente, com casa, com escola...
Campo do trabalho assalariado (em decréscimo)	Campo do trabalho familiar e da reciprocidade
Paradigma da Educação rural	
Perda da diversidade cultural	Paradigma da Educação do Campo

<b>AGRO – <u>NEGÓCIO</u></b>	<p>Riqueza cultural diversificada – festas, danças, poesia, música – exemplo: o Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de milho e não comemora as festas juninas. Já no Nordeste ...</p> <p style="text-align: center;"><b>AGRI - <u>CULTURA</u></b></p>
------------------------------	---

### **Considerações finais**

O agronegócio domina a maior parte dos cursos das Ciências Agrárias nas universidades. Subordina a produção camponesa e determina a lógica a maior parte das políticas de desenvolvimento.

Esse poder avassalador ainda pode avançar sobre o paradigma da Educação do Campo. A cooptação deste paradigma será uma forma de tentar colocar em refluxo o processo de construção de uma política de desenvolvimento territorial sustentável, para defender os interesses e privilégios do agronegócio.

Por essa razão, no processo de construção deste paradigma é fundamental o aprofundamento dos estudos a respeito da questão agrária. Apropriar-se de conceitos é fácil. Muitos usam sem se preocupar com o seu significado, de modo que os conceitos são transformados em metáforas.

Metáforas transferem sentidos, são representações figuradas, as vezes coloridas outras vezes incolor, inodora e insípida. Assim são construídas algumas interpretações que escondem a cor, o cheiro e o sabor da vida.

O paradigma da Educação do campo tem cor, cheiro e saber. Tem mais tem o seu território. Uma definição consistente de Educação do Campo não será encontrada numa palavra que designa outra. Conceitos construídos fora

do âmbito deste paradigma não podem ser importados automaticamente. É à Educação do campo que compete elaborar os seus próprios conceitos.

## **Bibliografia**

AÇÃO EDUCATIVA. *Relatório Preliminar da Pesquisa de Avaliação do PRONERA*. São Paulo, 2004.

ARROYO, Miguel. FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Educação Básica e o Movimento Social no Campo (Por uma Educação do Campo)*. Brasília, 1999.

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre*. Vozes: Petrópolis, 2000.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. *Educação Rural: das experiências à política pública*. Brasília: NEAD, 2003.

BENJAMIN, César. CALDART, Roseli Salete. *Projeto Popular e Escolas do Campo*. Brasília, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GOMES NETO, João Batista F. *et alii*. *Educação Rural*. São Paulo; Curitiba: Editora da Universidade de São Paulo / Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 1994.

KOLLING, Edgar Jorge. NERY, Ir. MOLINA, Mônica Castagna. Orgs. *A Educação Básica e o Movimento Social no Campo (Memória)*. Brasília, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs. CALDART, Roseli Salete. Orgs. *A Educação Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, 2002.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna. *A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, 2003. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In *Revista Terra Livre nº 22*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.

RAMOS, Marise Nogueira. MOREIRA, Telma Maria. SANTOS, Clarice Aparecida. *Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo*.

Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Grupo Permanente de Trabalho e Educação do Campo, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VEJA. *Agronegócio: retratos de um Brasil que dá lucros*. Edição Especial, nº 30, abril de 2004.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. *O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. In Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1997.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. In Desenvolvimento e meio ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade natureza. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.